

DA BUSCA POR CULTURA À PRODUÇÃO CULTURAL: PROTAGONISMO JOVEM E DIREITO À CIDADE NA TRAJETÓRIA DA MOVE CULTURA

Raquel Braga¹
Rafael Luiz Aquino²

Palavras-chave: Protagonismo jovem. Direito à cidade. Cultura. Participação social. Território.

INTRODUÇÃO

O acesso à cultura constitui uma dimensão importante da cidadania e não se restringe à fruição de bens e manifestações culturais, envolvendo também possibilidades de criação, produção e participação. No Brasil, o Estatuto da Juventude reconhece o direito dos jovens à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, além de estabelecer a participação nos processos de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais como uma das dimensões desse direito (BRASIL, 2013).

O acesso à cultura também se relaciona às condições concretas de apropriação e vivência da cidade. Amanajás e Klug (2018) compreendem o direito à cidade como um direito coletivo que envolve habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis, abrangendo dimensões como transporte e lazer. Nesse sentido, as condições de mobilidade e a distribuição territorial das oportunidades culturais podem ampliar ou restringir as possibilidades de participação dos jovens na vida urbana.

É nesse contexto que se insere a experiência da Move Cultura, organização surgida em Contagem, Minas Gerais, a partir da mobilização de um grupo de jovens que encontrava dificuldades para acessar, no próprio município, experiências culturais com as quais se identificava. A necessidade de deslocamento para Belo Horizonte, associada à insuficiência do transporte público durante a madrugada, levou o grupo a construir alternativas no próprio território, inicialmente por meio da realização de atividades culturais em ruas e praças de Contagem.

O que começou como uma resposta coletiva às dificuldades de acesso à cultura transformou-se progressivamente em uma experiência de produção cultural, ocupação do espaço público, organização coletiva, formação e intervenção no território. A relevância da experiência reside na possibilidade de compreender como jovens podem responder coletivamente às desigualdades de acesso à cultura, convertendo uma demanda vivenciada no território em processos de produção cultural, participação social e intervenção no espaço urbano.

OBJETIVO

Este relato de experiência tem como objetivo refletir sobre a trajetória da Move Cultura, evidenciando como uma mobilização de jovens em busca de acesso à cultura

^[1]Mestranda em Educação Inclusiva pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI/UEMG). E-mail: raquel.braga.uemg.t6@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1472726481101387>

^[2]Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas, na linha de pesquisa Políticas Públicas, Poder Local e Participação. E-mail: rafaelquino@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3950830299326874>

se constituiu em uma experiência de produção cultural, protagonismo jovem e intervenção no território, articulada ao direito à cultura e ao direito à cidade.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência que posteriormente daria origem à Move Cultura teve início em Contagem, Minas Gerais, a partir da mobilização de um grupo de jovens, em sua maioria moradores do município, que compartilhava o interesse pela música eletrônica. Naquele período, a oferta local de eventos relacionados a esse gênero era limitada, levando o grupo a se deslocar para Belo Horizonte em busca de atividades culturais e de lazer. O retorno durante a madrugada, entretanto, era dificultado pela ausência de transporte público adequado entre os municípios, fazendo com que a participação nesses eventos frequentemente implicasse permanecer fora de casa até o início da circulação dos ônibus na manhã seguinte.

Diante dessa dificuldade, os próprios jovens passaram a criar alternativas no território onde viviam. Caixas de som, mesas de DJ e outros equipamentos eram obtidos por empréstimo e instalados em praças, ruas e outros espaços públicos de Contagem. Inicialmente, a proposta respondia a uma necessidade concreta: possibilitar que o próprio grupo e outros jovens tivessem acesso, próximo de suas residências, às experiências culturais que até então precisavam buscar em Belo Horizonte. Gradualmente, essas ocupações passaram a constituir uma experiência coletiva de produção cultural e apropriação dos espaços da cidade.

À medida que as atividades cresceram, a informalidade começou a impor limites à continuidade das ações. A necessidade de adquirir equipamentos, obter autorizações para utilização dos espaços públicos, acessar recursos e estabelecer interlocução com o poder público levou o grupo a buscar sua institucionalização. A organização foi inicialmente formalizada como Bangalô Cultural e, posteriormente, diante da existência de outra instituição com a mesma denominação na região Sul do país, passou a se chamar Move Cultura.

A formalização possibilitou a participação em editais de fomento, leis de incentivo e outros mecanismos de financiamento da cultura, ampliando as condições para a realização dos projetos. Esse processo, contudo, não representou profissionalização imediata. Durante um período significativo, a instituição não possuía sede física destinada às suas atividades, utilizando a residência de um dos integrantes apenas como endereço formal. Seus membros exerciam diferentes profissões e conciliavam suas atividades profissionais com as ações de produção cultural, realizadas principalmente nos finais de semana. Ainda assim, a organização consolidou progressivamente sua presença no cenário cultural de Contagem, tendo as ruas, praças e demais espaços públicos como importantes lugares de atuação.

Com a institucionalização, as atividades passaram a ultrapassar a realização de eventos. Foram desenvolvidas ações formativas, entre elas cursos de audiovisual e produção cultural. A experiência que havia começado pela necessidade dos próprios integrantes de acessar determinadas manifestações culturais passava, assim, a criar condições para que outras pessoas também adquirissem conhecimentos e ferramentas para participar dos processos de criação e produção cultural.

Um marco desse processo foi o NuBeco, iniciativa que articulou cultura, participação comunitária e intervenção urbana nos bairros Eldorado e JK, em Contagem. O projeto mobilizou ações nos becos da região, associando intervenções nesses espaços a atividades culturais. A experiência retomava, sob outra perspectiva, uma característica presente desde a origem do grupo: a utilização da cultura como forma de apropriação e ressignificação dos espaços da cidade. O NuBeco também

proporcionou a primeira premiação da trajetória da instituição, ao receber o Prêmio Gentileza Urbana, concedido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG), na categoria Cidadania.

A ampliação das atividades tornou cada vez mais necessária a existência de um espaço próprio. A organização conseguiu alugar um imóvel, cuja adequação foi viabilizada por meio de uma campanha de financiamento coletivo. Surgiu, assim, a Casa Criativa, primeira sede física efetiva da Move Cultura. A conquista da sede não substituiu a atuação nas ruas e praças, mas acrescentou um espaço permanente para formação, produção, encontros e desenvolvimento de projetos.

Nos anos seguintes, a atuação foi diversificada, incorporando novas linguagens, públicos e temáticas. Entre as experiências que expressam esse processo está a Escola Livre de Artes Digitais (ELAD), voltada à formação cultural e tecnológica de estudantes da rede pública. A iniciativa ampliou o acesso de adolescentes e jovens a conhecimentos e práticas relacionados às artes digitais e às tecnologias, dando continuidade à dimensão formativa que já vinha sendo construída pela organização.

Outro desdobramento foi a iniciativa posteriormente consolidada como Rede Afroempreendedora Criativa, iniciada em 2016 com apoio do Fundo Baobá para Equidade Racial. O projeto articulou formação empreendedora e letramento racial, direcionando suas ações ao fortalecimento de empreendedores negros da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Posteriormente, alcançou também a Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, evidenciando a expansão territorial da atuação da Move Cultura e a incorporação de questões relacionadas às desigualdades raciais, à geração de renda e ao fortalecimento de iniciativas conduzidas pela população negra.

Ao longo desse percurso, a organização ampliou suas parcerias com instituições públicas e privadas, diversificou seus campos de atuação e passou a desenvolver projetos destinados a diferentes públicos e territórios. A experiência iniciada por jovens que buscavam acesso à música e ao lazer próximo de suas residências transformou-se, portanto, em uma atuação que articula produção cultural, formação, tecnologia, participação social e intervenção no espaço urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória da Move Cultura evidencia que limitações de acesso à cultura podem constituir pontos de partida para processos de organização coletiva protagonizados pelos próprios jovens. No caso relatado, uma dificuldade inicialmente relacionada à oferta cultural e à mobilidade entre Contagem e Belo Horizonte não resultou apenas na busca por alternativas individuais de lazer. A resposta construída coletivamente levou os jovens a ocupar espaços públicos, organizar atividades e assumir a condição de produtores das experiências culturais que desejavam acessar.

Esse movimento permite compreender o protagonismo jovem para além da participação em atividades previamente concebidas por instituições ou políticas públicas. Os integrantes identificaram uma demanda vivenciada por eles próprios, mobilizaram os recursos disponíveis e construíram respostas no território. Praças, ruas e becos deixaram, nesse processo, de constituir apenas espaços de circulação e passaram a ser apropriados como lugares de encontro, expressão cultural e participação. Essa experiência dialoga com Amanajás e Klug (2018), para quem o direito à cidade envolve não somente usufruir do espaço urbano, mas participar de sua produção e transformação.

A experiência também encontra aproximações com Almeida (2013), ao discutir coletivos culturais juvenis e processos de apropriação do espaço urbano por meio de intervenções artísticas. Para o autor, experiências culturais protagonizadas por jovens

nas periferias podem articular direito à cultura, produção da cidade e relação com políticas públicas de fomento. No caso da Move Cultura, a passagem de ações informais para uma organização capaz de acessar editais e mecanismos de incentivo evidencia como a institucionalização pode ampliar a continuidade e o alcance de iniciativas originadas da mobilização dos próprios jovens.

A dificuldade de deslocamento que esteve na origem da experiência evidencia ainda a relação entre mobilidade urbana e exercício de outros direitos. As condições de transporte interferiam concretamente nas possibilidades de participação daqueles jovens na vida cultural da Região Metropolitana. Amanajás e Klug (2018) ressaltam que as condições de mobilidade influenciam o acesso às oportunidades urbanas. Nesse sentido, as primeiras atividades realizadas em Contagem podem ser compreendidas como uma resposta territorial a uma barreira concreta ao exercício do direito à cultura e à cidade.

Outro resultado significativo foi a transformação progressiva da relação entre acesso e produção cultural. Se as primeiras ações buscavam possibilitar aos próprios integrantes e a outros jovens o acesso às experiências culturais que desejavam, a institucionalização e o desenvolvimento de atividades formativas ampliaram essa perspectiva. Os cursos e projetos desenvolvidos passaram a oferecer conhecimentos e ferramentas para que outros sujeitos também participassem dos processos de criação e produção cultural. A experiência deslocou-se, assim, de uma lógica centrada apenas na ampliação do acesso para outra que reconhecia os participantes também como potenciais produtores de cultura.

A relação entre cultura e território também se ampliou ao longo da experiência. Projetos como o NuBeco demonstraram que a produção cultural poderia ser articulada à mobilização comunitária e à ressignificação dos espaços urbanos, enquanto a criação da Casa Criativa mostrou que a consolidação de um espaço institucional próprio poderia coexistir com a permanência das ações desenvolvidas nas ruas e praças. Posteriormente, a ELAD e a Rede Afroempreendedora Criativa evidenciaram a diversificação dos públicos, linguagens e questões sociais incorporadas pela organização, incluindo formação tecnológica, relações étnico-raciais e geração de renda.

Nesse sentido, um dos principais resultados da experiência não reside apenas na permanência ou no crescimento institucional da Move Cultura, mas no percurso realizado entre buscar cultura, produzir cultura e criar condições para que outros sujeitos também participem dessa produção. A dimensão sociocultural da cidade, conforme discutem Amanajás e Klug (2018), relaciona-se à construção de identidades, ao pertencimento, à participação social e à capacidade dos sujeitos de atuar sobre o meio em que vivem. A experiência relatada materializa essa relação ao demonstrar como uma demanda cultural vivenciada por jovens pôde se desdobrar em organização coletiva, formação, intervenção urbana e ampliação das possibilidades de participação de outros sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Move Cultura permite concluir que o direito à cultura não se esgota no acesso a eventos, bens e serviços culturais. No percurso relatado, jovens que encontravam barreiras territoriais e de mobilidade para participar de determinadas experiências culturais passaram a criar, no próprio município, as atividades que desejavam vivenciar. Esse movimento transformou uma demanda cotidiana em processo de organização coletiva, produção cultural e apropriação dos espaços da cidade.

A trajetória também evidencia que o protagonismo jovem pode assumir formas que ultrapassam a participação em ações previamente estruturadas. A institucionalização da iniciativa, o acesso a mecanismos de fomento, a realização de processos formativos, a intervenção em espaços urbanos e a criação de projetos destinados a diferentes públicos demonstram a capacidade de jovens de formular respostas às desigualdades percebidas em seus territórios e ampliar o alcance dessas respostas ao longo do tempo.

Nesse sentido, a experiência da Move Cultura reforça a articulação entre direito à cultura e direito à cidade: participar da vida cultural implica não apenas circular e acessar oportunidades existentes, mas também criar, produzir, ocupar, ressignificar e participar da construção dos territórios. O percurso analisado aponta, portanto, para a importância de políticas públicas e mecanismos de fomento que reconheçam os jovens como sujeitos de direitos e produtores de cultura, favorecendo iniciativas construídas a partir das demandas e potencialidades presentes nos próprios territórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 56, p. 151-172, jun. 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i56p151-172.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Buno (org.). *A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação*. Brasília, DF: Ipea, 2018. p. 29-44.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013.